



Com mais de 80% dos votos válidos, Chapa 1 vence eleição do Sindvigilantes/BA



Os vigilantes da Bahia confirmaram o trabalho importante e a competência da diretoria do Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes) e elegeram a Chapa 1 para continuar à frente da entidade por mais três anos. De 18 a 20 de julho a categoria foi às urnas e decidiu, por 81,57% dos votos válidos, que a diretoria encabeçada pelo atual presidente do Sindicato e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, continuará dirigindo o Sindvigilantes/BA.

Segundo Boaventura, o processo eleitoral ocorreu sem atritos ou recursos judiciais e com ampla participação da categoria. “A oposição não contestou o resultado final. Participaram da comissão eleitoral o tempo todo, garantindo

a transparência de todo o processo”, afirmou.

Com renovação de 1/3 da chapa e aumento de uma para quatro mulheres, a nova diretoria tem até o dia 14 de setembro para tomar posse, mas ainda não há data definida.

“A vitória dessa chapa é um reconhecimento e valorização de todas as conquistas. Os trabalhadores sempre participaram ativamente das lutas pela jornada 12x36, periculosidade, Dia do Vigilante, entre tantas outras. Agora, renovamos nosso compromisso com a categoria nos desafios que vêm pela frente como o Piso Nacional de R\$ 3 mil, valorização profissional e tantas outras demandas”, avaliou Boaventura.

Fonte: CNTV



Sindicato de Alagoas denuncia vigilância “clandestina” em postos de combustíveis



José Cícero Ferreira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

Constantes assaltos a postos de combustíveis vêm vitimando seguranças que atuam de maneira ilegal e que não passaram pelo curso de formação de vigilantes, denunciou o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas (Sindvigilantes) e secretário de Transporte de

Valores da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Cícero Ferreira.

De acordo com Ferreira, “os trabalhadores que atuam na ampla maioria dos postos de combustíveis da capital e do interior de Alagoas não são preparados para o trabalho e isso mancha a categoria”.

O sindicalista defende que sem treinamento esses trabalhadores tornam-se alvos fáceis da ação dos marginais. “Além de colocar a vida de pessoas despreparadas em risco, deixa a impressão de que os verdadeiros profissionais de vigilância são despreparados para a função. Isto é ruim para a categoria”, disse o presidente.

O Sindvigilantes pretende pedir à Superintendência da Polícia Federal em Alagoas mais rigor na fiscalização do exercício da profissão e destacou que vai levar o caso a outros órgãos trabalhistas.

Fonte: Cada Minuto

Sindicato de Campina Grande (PB) denuncia contratação irregular de vigilantes na UEPB

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Campina Grande, Edmir Bernardo, denunciou durante entrevista na tarde desta quinta-feira (21) que a Universidade Estadual da Paraíba realizou contratação irregular de vigilantes.

Segundo Edmir, houve um corte de profissionais que fazem a segurança na unidade, mas ao mesmo tempo a UEPB contratou outros profissionais com regime e vínculo empregatício irregular.

De acordo com o sindicalista, os novos vigilantes trabalham sem armas, não recebem adicional noturno e seguem 12 horas de trabalho interrompidas.

Edmir revelou que acionou a justiça e aguarda que a reitoria da UEPB tome providências e regularize os profissionais.

“No ano passado a universidade reduziu o quadro de vigilante. Tirou em torno de 60 vigilantes da empresa que prestava serviços. E depois disso a UEPB fez uma seleção sem vínculo empregatício onde trabalha 21 horas seguidas, sem adicional noturno e com uma série de irregularidades. O sindicato entrou com uma ação na justiça e estamos esperando que a universidade cumpra a decisão”, frisou.

Fonte: Paraíba Online

Sindsegur-RN participa de mais uma audiência sobre atraso de salários



Sindsegur-RN continua lutando para garantir o pagamento dos salários atrasados

Na manhã desta quinta-feira (21/7) o Sindsegur-RN participou de uma audiência na 7ª Vara do Trabalho, em Natal. A reunião, que contou com a presença dos representantes do governo do estado e da Garra Vigilância, tratou sobre o atraso de salário dos vigilantes que trabalham nos postos de serviços dos hospitais.

Após ser notificada mais uma vez a Garra Vigilância se comprometeu a apresentar até o próximo dia 25 as planilhas sobre os salários e as férias em atraso. Em seguida, o governo do estado deverá depositar o valor referente ao repasse para o pagamento dos vigilantes diretamente na conta do Tribunal Regional do Trabalho. A partir de agora não será depositado nenhum valor na conta da Garra.

Ao ser questionado pelo procurador do

estado sobre a falta de vigilantes nos postos de serviços dos hospitais o coordenador geral do SINDSEGUR, Francisco Benedito (Bené), respondeu que a categoria só voltará ao trabalho quando receber todos os salários e as férias em atraso. “Se não pagar o que deve aos trabalhadores, a greve continua firme e forte por tempo indeterminado”, afirmou Bené.

A audiência contou ainda com a presença de vários vigilantes, que testemunharam a determinação e firmeza do sindicato na defesa da categoria.

Vamos manter a ocupação na Sesap cada vez mais fortalecida. Portanto, nesta sexta-feira não será diferente: #Ocupa Sesap.

Fonte: Sindsegur-RN

Sem proteção de direitos, Carteira de Trabalho vai virar peça de museu



O ministro ilegítimo do Trabalho, Ronaldo Bastos, anunciou oficialmente na última terça-feira (19) que vai defender, no Congresso Nacional, que as leis que protegem os trabalhadores tenham menos valor que negociações isoladas entre empresas e empregados.

Então, com essa mudança, podemos imaginar algumas situações. Se a lei determina que as férias são de 30 dias, mas o dono de uma grande empresa disser aos funcionários que aceitem férias de 15 dias ou, do contrário, serão

demitidos, é bem provável que as férias passarão a ter apenas 15 dias.

Uma hora de almoço pode ser transformada em apenas meia hora. O 13º salário pode deixar de ser pago em determinado ano sob alegação de dificuldades financeiras. E por aí vai. Com o tempo, os direitos trabalhistas vão acabar. A carteira de trabalho vai ser peça de museu.

Esse projeto do governo ilegítimo do Temer é comumente chamado pelos dirigentes sindicais de “negociado sobre o legislado”.

“Esse projeto é gravíssimo. Em momentos de crise, como este que vivemos e que ainda deve durar bastante tempo, os trabalhadores têm menor poder de barganha, e as empresas vão fazer chantagem, coação econômica”, explica Hugo Cavalcanti Melo Filho, presidente da Associação Latino-americana de Juizes do Trabalho.

Respeito à Constituição

O ministro do Temer afirma que os princípios constitucionais não serão desrespeitados. Pura retórica, explica o juiz Hugo. “É fácil dizer isso, porque a Constituição só aponta princípios, ela não regulamenta os direitos e a proteção ao cidadão. Isso quem faz são as leis específicas”, afirma. “Se você torna a negociação entre as partes um instrumento mais forte que as leis, a Constituição não tem valor prático”, diz.

Um exemplo claro dos limites da Constituição pode ser encontrado no inciso 30 do artigo 7º da Constituição. Esse inciso diz que não pode haver diferença salarial em virtude de sexo. No entanto, na prática, as mulheres continuam ganhando menos, pois não houve lei que regulamentasse esse princípio apontado pela Constituição.

Negociação pode?

Pode, claro. Este é inclusive um dos princípios do sindicalismo. Porém, segundo o Direito do Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

Trabalho, as negociações entre as partes só podem ser realizadas com o objetivo de ampliar ou aperfeiçoar direitos, jamais o contrário. É o chamado princípio de progressividade.

Além disso, nem todos os trabalhadores têm sindicatos realmente fortes para sentar à mesa de negociações em condição de igualdade. E há, infelizmente, sindicatos que aceitariam acordos ruins para fins paralelos.

E, como lembrou o juiz Hugo, em situação de queda da economia, os trabalhadores ficam mais fragilizados, o que dificulta a resistência a propostas negativas.

Tem de matar no ninho

Para a advogada Silvia Lopes Burmeitef, presidenta da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, a maneira mais segura de garantir os direitos trabalhistas é implodir no Congresso Nacional os três projetos de lei que têm a finalidade de fazer o negociado prevalecer sobre o legislado.

“Existe a possibilidade, caso o projeto seja aprovado pelos deputados e senadores, de entrar na Justiça para questionar sua constitucionalidade. E creio que as centrais sindicais o farão, caso necessário”, diz Silvia.

“Porém”, diz ela, “o retrato que temos hoje do Supremo Tribunal Federal nos mostra que dificilmente aquela corte decidiria a favor dos trabalhadores. Não confio no Congresso nem no STF”, alerta. “O mais seguro é impedir sua aprovação”, reafirma.

Como? “Temos de fazer mobilizações, atos e um intenso trabalho político”, responde Valeir Ertle, secretário nacional de Assuntos Jurídicos da Central. “Os trabalhadores e trabalhadoras precisam ser informados dos riscos que esse projeto representa e temos de barrá-lo”. Mais uma razão, portanto, para #ConstruiraGreveGeral.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF